



# **Resistir Para Transformar**

**PROGRAMA DA CHAPA  
“RESISTIR PARA TRANSFORMAR”  
que concorrerá às eleições do CRESS 17ª Região/ES  
Triênio 2011/2014**

**Vitória  
2011**





## CHAPA

### “RESISTIR PARA TRANSFORMAR”

**Presidente:** ALINE FARDIN PANDOLFI - CRESS nº 2694

**Vice- Presidente:** NILDETE TURRA FERREIRA - CRESS nº 249

**1ª Secretaria:** ANDRÉIA ULIANA TEODORO - CRESS nº 2189

**2ª Secretaria:** JOSICLÉIA STELZER ZANELATO - CRESS nº 2167

**1º Tesouraria:** FABIOLA XAVIER LEAL - CRESS nº 1866

**2º Tesouraria:** ANDRÉIA LIMA DE CRISTO - CRESS nº 2169

#### **Conselho Fiscal**

**1ª Vogal:** KARIN BRANDÃO BRUCE - CRESS nº 2420

**2ª Vogal:** ROBERTA SOARES FAÉ - CRESS nº 2899

**3ª Vogal:** ANDRESSA RIBEIRO FOGOS - CRESS nº 1367

#### **Suplentes**

MARIA GORETI FERREIRA CELESTINO - CRESS nº 1425

ARACELY XAVIER - CRESS nº 2390

MÔNICA FREITAS FERRI - CRESS nº 2109

MARIA HELENA DE PAULA - CRESS nº 2772

LÍVIA MADEIRA BRITO - CRESS nº 3102

FABIANO AUGUSTO FERRERIA SOARES - CRESS nº 3109

FABRÍCIO AUGUSTO FERREIRA SOARES - CRESS nº 2030

ALINE PINHEIRO SCHULTZ - CRESS nº 2393

CAMILA COSTA VALADÃO - CRESS nº 2973



## CHAPA “RESISTIR PARA TRANSFORMAR”

Porque escolhemos as palavras **RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO** para iniciar o nosso diálogo com a categoria? Partimos da leitura de que a conjuntura atual continua marcada por profundas contradições, desigualdades e injustiças sociais. O ajuste neoliberal adotado pelas classes dominantes, nas últimas décadas, só fez aumentar os patamares de exploração, de miséria e o estado de barbárie instalado.

Fica cada vez mais evidente a impossibilidade de resolver os graves problemas provocados por este modelo, assim como de atender às necessidades e anseios fundamentais do povo, dentro dos marcos desta lógica de organização econômica, social e política. É preciso trabalhar pela sua superação, num movimento de transformação do “velho” e construção do “novo”.

Nesse contexto adverso às mudanças, transformar a sociedade requer mais do que nunca **resistência, firmeza, luta e organização coletiva**. Isto pressupõe não sucumbir, não ceder ao pensamento dominante em sua retórica de que esta é uma ordem natural, impossível de mudar. É preciso *Lutar quando a regra é ceder!*

Resistir para Transformar a partir das ações do cotidiano, da intervenção profissional do Assistente Social, da participação nos diversos espaços coletivos, transformar a inércia em movimento. Assim, eleger essas palavras como centrais no Programa dessa Chapa é propor aos Assistentes Sociais, para os próximos 3 anos, uma caminhada coletiva que tenha como horizonte a construção de uma nova ordem social, sem preconceitos e opressões de classe, gênero, etnia e orientação sexual.

Desejamos fortemente que essas propostas reafirmem os nossos princípios e sejam um convite a todos/as aqueles que constroem cotidianamente o Serviço Social e fazem dessa profissão um coletivo profissional comprometido com a emancipação humana, entendida como possibilidade histórica de construção de uma sociabilidade em que a vida não seja coisa, não seja mercadoria.

**“Eu sou assim  
Sou o grito que reclama a paz  
Eu sou a chama da transformação”  
Geraldo Azevedo**



## Um convite à reflexão: passando pelo Brasil e pelo Espírito Santo

As condições atuais, de aprofundamento e solidez das mazelas oriundas do modo de produção capitalista sob a hegemonia do pensamento neoliberal requer, além de uma firme disposição de luta, uma forte capacidade de resistência por parte de todos(as) aqueles(as) que desejam transformar esse quadro. Vivemos um contexto dominado pela financeirização e especulação da economia, pela expansão do desemprego e da precariedade das relações e condições de trabalho. Predomina a flexibilização das relações econômicas, políticas e de trabalho. Sobretudo, tem se assistido a uma crescente exacerbação do individualismo e do descrédito nas possibilidades de mudanças e no potencial dos espaços coletivos.

Apesar dos efeitos nefastos que estas políticas têm provocado sobre a vida de milhões de pessoas e sobre a mobilização e organização dos trabalhadores e das classes populares, elas não foram capazes de impedir as expressões e manifestações de indignação e revolta de inúmeros segmentos da sociedade frente à barbárie social. No Brasil, mesmo em momento de refluxo dos movimentos sociais e das tentativas de criminalizá-los, a luta e resistência contra-hegemônica continua em cena a partir da mobilização dos trabalhadores sem-terra, estudantes, jovens negros discriminados/criminalizados na periferia, mulheres, LGBT, indígenas entre tantos outros.

Neste cenário, a eleição de Lula à presidência da república em 2002 significou para grande parcela da população esperanças de mudanças e transformações. Contudo, o governo manteve os compromissos de Fernando Henrique Cardoso com a manutenção da ordem econômica e política, conservando intactos os interesses dos grandes capitalistas e latifundiários. Aprofundou a aplicação das políticas neoliberais centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado. Deu continuidade à utilização de métodos de dominação consagrados pela direita como a criminalização dos movimentos sociais, a corrupção e as políticas compensatórias de caráter populista. Ao que tudo indica, a recém-empossada Presidente Dilma Rousseff seguirá a mesma orientação de seu antecessor.

O “tratamento” dado pelo Governo Lula às expressões da *questão social* pela via das políticas sociais, e que deve ser seguido pela atual presidente está embasado nas prerrogativas do Banco Mundial. Sabe-se que as políticas sociais implementadas segundo as orientações do Banco Mundial, não estão direcionadas para alavancar o desenvolvimento nacional em busca de independência e de auto-suficiência do povo brasileiro. Buscam apenas aliviar os efeitos desastrosos do ajuste neoliberal, assumindo assim um caráter meramente compensatório. Seguem a lógica de manter o mínimo, de retirar a população da condição de extrema miséria trazendo-a para uma pobreza mediana, no intuito de conter as possibilidades de organização, mobilização e até mesmo revolta da população. Políticas sociais dessa natureza são de bem



menor custo, mantêm a aparência de que o governo se preocupa com o povo e age em prol dele, e, principalmente, segue a cartilha internacional para os países de terceiro mundo.

As políticas sociais implantadas nesse contexto destinam-se ao mais pobres entre os pobres, com intuito principal de reduzir os conflitos de classe. Assim sendo, essa modalidade de política social entra em conflito com a perspectiva que defendemos que é de fortalecimento e expansão de políticas amplas e universais, voltadas ao atendimento das reais necessidades humanas e que tenha em seu horizonte a emancipação humana.

Outro aspecto relevante a ser destacado é que a centralidade e expansão das políticas de transferência direta de renda, focalizada na pobreza, vem se consolidando em detrimento dos investimentos e da ampliação dos direitos sociais formalmente assegurados pelas políticas sociais básicas, em especial aquelas de caráter universal. O que é pior, os cortes e os baixos investimentos públicos nessas políticas, como se pode verificar no parágrafo a seguir, são canalizados para o pagamento dos altos custos com as despesas da dívida pública.

A arrecadação da União em 2008 somou R\$924 bilhões. Desse montante, a saúde recebeu 4,81%, a Assistência 3,08%, a política destinada à área do Trabalho recebeu 2,38% e a Educação 2,57%. Em contrapartida, os recursos da União destinados às despesas com a dívida, como juros, amortizações e seu re-financiamento, somaram 30,57% do mesmo montante.

A intenção de demarcar em qual campo de luta e especialmente em qual campo de resistência estamos, é o que orienta a elaboração deste Programa de Ações. Essa proposta tem o objetivo de indicar o posicionamento ideo-político do grupo que compõe a chapa **“RESISTIR PARA TRANSFORMAR”**, através de sua leitura da realidade e das propostas de intervenção que aqui serão esmiuçadas. Cientes de que a realidade é dinâmica e se altera com considerável rapidez, mantendo-se o direcionamento político, as ações aqui apontadas estão sujeitas a sofrer alterações à medida que se alterem prioridades diante das necessidades reais da categoria.

Destaca-se aqui que, este grupo se coloca enquanto chapa de continuidade da Gestão atual do CRESS 17ª Região/ ES (Gestão 2008-2011), no que se refere à sua linha de atuação e de condução da militância, especialmente na defesa e fortalecimento da categoria dos Assistentes Sociais frente aos princípios consolidados na produção teórica e jurídico-normativa da profissão. Considerando as prerrogativas profissionais, faz-se, portanto, necessário, articular mais e mais com as agendas de luta e militância dos diversos movimentos sociais do estado do Espírito Santo, vislumbrando que se trata de luta, antes de tudo, de classes.

Nesse sentido, mediante ao nosso reconhecimento enquanto classe trabalhadora nos responsabilizamos pela continuidade e fortalecimento das lutas da Categoria, sabedores de que essa luta não se esgota nesse âmbito, pois, se alia a um projeto de uma nova ordem societária, na qual os frutos do trabalho socialmente produzidos sejam apropriados por todos os cidadãos e não haja exploração de uma classe sobre a outra.



## O “novo” Espírito Santo: governado à velha maneira

A população total estimada do Espírito Santo em 2009 era de 3.487.199, segundo dados do IBGE e o crescimento econômico do estado tem sido contínuo e acelerado desde 2005, tendo aproximadamente 80% da população estadual habitando a área urbana. A gestão do Governador Paulo Hartung eleito em 2002 e governando até 2010 manteve enquanto prioridade a expansão industrial do Estado, mas não no intuito prioritário de fortalecer os trabalhadores ou ampliar o índice de empregos, mas de fomentar a iniciativa privada, garantir os lucros dos empresários e do grande capital.

O ES mantém um processo de expansão industrial e modernização contínua desde 2005. Essas mudanças significam inserir na organização do trabalho as características do momento atual, na linha da *acumulação flexível*, que visa expandir o *capital constante* em detrimento do *capital variável*; ampliar a terceirização dos serviços para baratear os custos e facilitar a eliminação dos contratos em momentos de crise do capital; reduzir ao máximo o número de trabalhadores diretamente vinculados à instituição e intensificar o trabalho daqueles ainda empregados; dentre outras. Essas e outras mudanças estão nos moldes da reestruturação produtiva, e na ocorrência de novas crises, são aprofundadas, gerando consequências irreversíveis para parcela considerável da classe trabalhadora (ANTUNES, 2007; GOUNET, 1999; HARVEY, 2007).

O aprofundamento da desigualdade no estado fica evidenciado ao analisarmos distribuição da renda per capita. O ES, que estava na 8ª posição em relação à renda per capita das Unidades Federativas, passou para a 4ª posição em 2008, apresentando uma renda per capita de R\$18.003,00. Ou seja, se estivéssemos em uma sociedade igualitária, cada habitante do Espírito Santo teria direito a R\$18.003,00 por mês (IJSN, 2007). Contraditoriamente, de acordo com dados da RAIS (2007), a renda média dos trabalhadores está em torno de R\$ 1.318,00. Portanto, é nítido que o aumento da arrecadação e o tão almejado crescimento estadual não concorrem para a distribuição e renda e redução das desigualdades.

Esse modelo de desenvolvimento adotado, baseado em “Grandes Projetos”, trouxe, além do crescimento da riqueza socialmente e espacialmente concentrada, inúmeros problemas para os municípios da região. Comprometeu a qualidade de vida e violou os direitos humanos mais fundamentais de seus habitantes. Tais empreendimentos atraíram grandes contingentes populacionais em busca de trabalho em sua fase de implantação, sendo grande parte da força de trabalho descartada na fase de seu funcionamento. Os empregos formais gerados, mais qualificados, bem remunerados e protegidos foram poucos e nem sempre empregaram a mão de obra local, o que resultou em um grande número de desempregados e no crescimento das ocupações informais e precárias. Por outro lado, a ocupação desordenada dos espaços urbanos deu origem a inúmeros assentamentos em áreas de risco e de preservação, desprovidos de saneamento básico, serviços e equipamentos. Foi se desenhando um cenário de aprofundamento



de contradições, desigualdades sociais e de aumento da segregação sócio-espacial e da pobreza que persiste até os dias de hoje.

Essa implantação dos grandes projetos, estimulados e favorecidos por políticas de incentivo fiscal promovidas pelos Governos Estaduais, atingiu também o meio rural, afetando diretamente a sobrevivência de comunidades e povos tradicionais como quilombolas e indígenas. Grande parte da agricultura familiar baseada na produção diversificada foi sendo substituída por atividades baseadas na monocultura em grande escala, como o eucalipto e a cana.

Na atualidade, o ES passa por um novo ciclo de expansão econômica trazendo grandes preocupações a respeito dos impactos que podem ocorrer sobre o meio ambiente e as condições de vida da população, visto que as características fundamentais do modelo de desenvolvimento permanecem as mesmas. Também não se observa sinais de compromissos do Governo atual em estabelecer políticas e mecanismos de regulação e de controle público mais contundente sobre os novos empreendimentos.

Outro aspecto da realidade do estado que não pode ser esquecido devido a sua extrema gravidade é o da violência e da criminalidade. Segundo os dados obtidos através do Mapa da Violência (2010), no período de 1997 a 2007 houve um aumento de 17,8% no número de homicídios no Brasil. No ES esse crescimento foi da ordem de 32,2% e na Região Metropolitana de 20,5%. Se consideradas as taxas de homicídio no mesmo período, no Brasil houve um decréscimo de 0,7%. No ES, entretanto, o aumento foi de 7,2%. Cabe destacar que na Região Metropolitana e na Capital houve uma redução de 7,6% e 27,1%, respectivamente. Tais dados apontam para um fenômeno crescente de interiorização da criminalidade. Nesse contexto, a violência criminal se soma a outras formas e tipos de violência como aquelas que se manifestam no âmbito doméstico, atingindo principalmente as mulheres, crianças e idosos. Afeta de forma especial segmentos sociais que sofrem preconceito e discriminação por sua condição de classe, de gênero, étnico-racial e de orientação sexual.

Na realidade capixaba cabe chamar atenção para a violência contra os jovens negros e pobres que são as maiores vítimas dos homicídios praticados. O Mapa da Violência 2010 registra um número de 476 jovens negros entre 15 e 24 anos vítimas de homicídios em 2007 e de 63 jovens brancos. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes é de 26,1 para os jovens brancos e de 127,1 para os jovens negros. Comparado a outros Estados da Federação, o ES possui a terceira maior taxa de homicídios de jovens, inferior apenas aos Estados de Alagoas e Pernambuco.

Esse cenário de aprofundamento das *expressões da questão social* e da contradição própria do modelo econômico atual requer, para seu enfrentamento, atuação militante comprometida, que esteja iluminada por sólida compreensão teórica e crítica dessa realidade, no intuito de assegurar a resistência e a disputa política nos diversos espaços de participação e organização coletiva. Em nosso estado é corriqueira a criminalização dos movimentos sociais e das diversas manifestações de indignação frente à agressão do capital à vida humana. São recorrentes as denúncias em relação à



forma de atuação e intervenção do poder coercitivo do Estado. Soma-se a essa repressão direta, a repressão indireta, oriunda do capital em fase neoliberal, que tem submetido a classe trabalhadora a condições cada vez mais precárias de trabalho, bem como aguçado o modelo de vida individualista em todas as esferas das relações sociais. Tais aspectos tendem a desmobilizar categorias profissionais, grupos militantes, tendem a enfraquecer a organização coletiva e a esperança na possibilidade de mudança para a construção do novo.

Diante deste contexto, é imprescindível a organização e participação dos Assistentes Sociais nos espaços de construção coletiva dessa sociedade. Uma profissão que garante, nos princípios fundamentais de seu Código de Ética (1993), a vinculação de seu projeto profissional à defesa do projeto de uma nova ordem societária “sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, deve, por princípio fundamental, buscar fortalecer os espaços de militância que visam enfrentar essa ordem social.

É nessa perspectiva que a chapa **“RESISTIR PARA TRANSFORMAR”** se dispõe a contribuir com o espaço de organização coletiva que é o CRESS 17ª Região/ ES. Diante de todas as suas atribuições, por sua natureza jurídica, de ser autarquia pública, deve fortalecer, defender, zelar e fiscalizar a profissão de Serviço Social.

Nesse sentido, essa Proposta tem como diretriz a articulação de forma intensa e protagonista com os Movimentos Sociais, Conselhos Profissionais que defendam interesses comuns, Instituições de Ensino Superior em Serviço Social e outros cursos, quando defenderem os mesmos interesses. Assim, também visamos contribuir com a qualificação e democratização dos Conselhos de Direitos e de Gestão das Políticas Sociais.

Também defendemos como perspectiva a contínua interlocução com os demais Conselhos Regionais de Serviço Social da Região Sudeste e do país, no intuito de construir propostas comuns de intervenção que atendam a essa realidade, tanto em defesa da categoria de Assistentes Sociais, quanto em defesa de uma nova ordem societária.

Nessa mesma trajetória, entendemos ser fundamental a manutenção do diálogo crítico e construtivo com a Gestão do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), no intuito de dar continuidade à democratização das decisões e encaminhamentos, sempre legitimando a atuação enquanto um *Conjunto*. E ainda, manter e fortalecer diálogo com a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) no intuito de fortalecer as lutas e enfrentamentos frente a contínua precarização do ensino, especialmente com a expansão das escolas de Serviço Social à Distância (EAD); e fortalecer diálogo e atuação com o MESS (Movimento Estudantil de Serviço Social), especialmente com seus representantes através da ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social).

Após essa contextualização, apresentamos as propostas por grandes Eixos de atuação do Conjunto CFESS/CRESS.





## Conhecendo as propostas

### ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

Compartilhamos com o posicionamento defendido pelo conjunto CFESS-CRESS a respeito da necessidade da defesa intransigente dos Direitos Humanos em nosso país e em nosso estado. Assistimos cotidianamente às violações dos Direitos Humanos mais fundamentais. Tais violações, apesar de afetar a população como um todo atinge de modo especial as classes populares, mulheres, crianças e adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, negros (as), indígenas, gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros.

A existência e reprodução da violência, do racismo, do machismo, do sexismo e da homofobia estão diretamente associadas à lógica e aos valores que dão sustentação ao sistema de exploração e opressão da sociedade organizada a partir da égide do capital. O capitalismo se nutre da opressão de classe, de gênero, de orientação sexual e étnico-racial, portanto, a conquista da efetivação plena dos direitos humanos é indissociável da luta contra toda forma de opressão e discriminação e, está entrelaçada com a luta pelo fim da exploração de classe.

O nosso compromisso ético-político está pautado no pressuposto de que “lutar por direitos e romper com a desigualdade exige a socialização da riqueza e da política num movimento permanente de luta que nos coloque na perspectiva da emancipação humana” (Manifesto CFESS sobre Direitos Humanos). Reafirmamos, ainda, com base nos princípios expressos nos vários documentos internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário, a visão de que estes compreendem, além dos direitos civis e políticos, os econômicos, sociais, culturais e ambientais. Partimos do pressuposto de que possuem uma unidade entre si, devendo, portanto, ser concebidos como partes indivisíveis, interdependentes e de natureza universal.

#### **Propostas:**

- Realizar debates acerca da concepção de Direitos Humanos, com divulgação que destaque o posicionamento do conjunto sobre o tema, apropriando-se criticamente da discussão sobre os Sistemas Nacionais e Internacionais de proteção aos Direitos Humanos e do PNDH 3;
- Fomentar a participação do CRESS e da categoria nos movimentos de Direitos Humanos;
- Fomentar a ampliação da participação dos profissionais de serviço social nas Comissões de Instrução, oferecendo atividades de qualificação;
- Promover debates junto aos profissionais da categoria que atuam no campo sócio jurídico, realizando o III Encontro Estadual “O Serviço Social no Campo Sócio Jurídico”;
- Ampliar a divulgação da Resolução CFESS Nº 554/2009 que dispõe sobre o não reconhecimento da inquirição das vítimas crianças e adolescentes no processo judicial, sob a Metodologia do Depoimento Sem Dano, como atribuição ou competência do profissional assistente social;



- Promover debate sobre o posicionamento favorável à legalização do aborto, aprovado no 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS, considerando-o como questão de saúde pública e de direito das mulheres, e incentivar as lutas pela implementação de políticas públicas voltadas à saúde das mulheres;
- Acompanhar e apoiar as iniciativas em defesa da descriminalização do aborto;
- Apoiar e participar nas lutas em defesa da igualdade de gênero e realizar debates sobre a lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha);
- Apoiar a aprovação do PLC 122/06 que criminaliza a homofobia e reforçar as lutas do movimento LGBT em defesa da liberdade de orientação sexual;
- Dar continuidade à realização do curso Ética em Movimento, mantendo sua execução também nos NUCRESS;
- Apoiar as lutas pela efetiva implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente em seu conjunto e, em especial, no que diz respeito às medidas sócio-educativas;
- Apoiar iniciativas e participar das lutas coletivas a favor da reestruturação do Sistema Prisional do ES, orientada por um modelo de segurança pública que tenha como paradigmas a defesa e proteção dos direitos humanos, garantindo-se transparência, participação e controle social na gestão da política;
- Apoiar as lutas e iniciativas de combate à discriminação étnico-racial sob quaisquer de suas formas.


## **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

As lutas e avanços do Conjunto CFESS/ CRESS junto à ABEPSS e ENESSO no campo da formação profissional tem sido contínuas e gradativamente mais desafiadoras. A precarização do ensino tem se agravado de forma não antes vista nos últimos anos, especialmente com a expansão da modalidade de ensino à distância para graduação em Serviço Social.

Diante da necessidade de assegurar a qualidade na formação profissional, no intuito de formar Assistentes Sociais com capacidade crítica, com intervenção profissional fundamentada teoricamente e com a criatividade necessária para construir articulações e estratégias para a defesa do projeto profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais, apresentamos as propostas.

### **Propostas:**

- Aprofundar, em conjunto com a Comissão de Orientação e Fiscalização e ABEPSS os debates e estudos acerca dos programas de Residência Multiprofissional e em Serviço Social;
- Dar continuidade às ações do Fórum de Supervisores de Estágio através de reuniões do colegiado, palestras e debates nos NUCRESS;

- 
- Promover debates nas Unidades de Ensino, conjuntamente com a ABEPSS, sobre o Código Processual de Ética e demais temas pertinentes às questões éticas;
  - Alimentar o Dossiê sobre Ensino à Distância no ES e divulgar o documento “Sobre Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social”;
  - Realizar o curso “Ética em Movimento” para acadêmicos de Serviço Social em conjunto com a Comissão Ampliada de Ética;
  - Garantir a participação de conselheiros e Assistentes Sociais da Base em Eventos Nacionais.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS**

No intuito de discutir e defender a intervenção profissional qualificada e crítica nos diversos espaços sócio-ocupacionais onde atuam os Assistentes Sociais e onde estão expressas as manifestações da Questão Social, o fortalecimento dessa frente de atuação do CRESS 17ª Região/ ES é essencial.

É imprescindível conhecer esses espaços e discuti-los com os profissionais, especialmente considerando o avanço da inserção dos assistentes sociais em áreas como o Desenvolvimento Urbano e a Segurança Pública.

Aqui é importante manter a firme defesa de Políticas Sociais universais, de responsabilidade Estatal e que devem ser trabalhadas e reconhecidas enquanto direitos fundamentais. O fortalecimento dessa perspectiva ocorre tanto no cotidiano da atuação profissional, articulada a outros profissionais e aos usuários, como na participação junto aos espaços de Controle Democrático.

Diante das pesquisas e dados que já comprovaram a fragilidade dos espaços de Controle Democrático do país, cabe destacar que a participação dos Assistentes Sociais faz-se necessária e bastante importante, estando pautada no compromisso de fortalecer a real democratização destes espaços, de contribuir para representatividade de setores da sociedade civil que lutam pelos interesses das classes subalternas, e ainda contribuindo para qualificação da participação e capacidade de decisão. Nessa linha, é de grande relevância que os profissionais que ocupam estes espaços acompanhem e contribuam com as discussões que perpassam o Conjunto CFESS/ CRESS, no intuito de subsidiar essa representação.

### **Propostas:**

- Saúde: Realizar debate sobre a inserção dos Assistentes Sociais na Política de Saúde em geral, destacando os programas na área de saúde mental, instituições de dependência química, hospitais gerais, unidades de saúde, entre outros, considerando os princípios do SUS e da Reforma Psiquiátrica;
- Assistência Social: Fomentar a representação e participação na Frente Parlamentar Estadual em Defesa da Assistência Social; Fortalecer a articulação com o Conselho de Gestores Municipais da Assistência Social do Estado do Espírito Santo (COGEMASES);

Ampliar a articulação do Fórum de Trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social (SUAS);

- Previdência Social: Promover a articulação com organização dos trabalhadores da Previdência Social em defesa dos trabalhadores e usuários e, acompanhar as deliberações do concurso do INSS;
- Educação: Realizar Seminário Regional sobre o Serviço Social na Educação e divulgar as Diretrizes nacionais para a atuação profissional nessa área;
- Segurança Pública: Acompanhar a implementação da Política de Segurança Pública no ES, participando de comissões, organizações de trabalhadores e movimentos sociais;
- Desenvolvimento Urbano: Realizar Seminário Estadual sobre Políticas de Desenvolvimento Urbano; Promover debates sobre a implantação dos grandes projetos no ES e suas repercussões para a sociedade em geral (ex: Município de Anchieta, Região Norte, empresa Vale, entre outros);
- Criança e adolescente: Fomentar participação no Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente;
- Realizar o II Encontro do Fórum de Assistentes Sociais que atuam nos espaços de controle social (conselhos, fóruns, conferências, orçamento participativo, entre outros), entendendo esses espaços também como locus de defesa e legitimação dos princípios ético-políticos do Serviço Social;
- Implementar a Política Nacional de Educação Permanente instituída pelo Conjunto CFESS/CRESS;
- Promover campanhas para a realização de concursos públicos nas diversas áreas de atuação.

### **ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO**

Sendo a fiscalização da profissão ação precípua dos Conselhos de Classe, a chapa “*Resistir para Transformar*” tem por objetivo o fortalecimento dessa ação. Contudo, sabe-se que o conjunto CFESS/CRESS atua de forma peculiar no âmbito da fiscalização profissional, conforme prevê a Política Nacional de Fiscalização (PNF), imprime caráter antes de tudo orientador e defensor da profissão de Serviço Social.

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CRESS 17ª Região/ES deve em sua atuação cotidiana, articular “as dimensões: afirmativa de princípios e compromissos conquistados; político-pedagógica; normativo e disciplinadora” (Resolução CFESS nº 512/2007).

Dessa forma, o compromisso com propostas no âmbito dessa Comissão remetem a ação precípua do Conselho, que deve, por compromisso ético-político e por cumprir seu papel legal frente ao Estado pela natureza jurídica de ser Autarquia pública com a função de atuar/ fiscalizar a profissão de Serviço Social são fundamentais neste programa.



### **Propostas:**

- Divulgar Resoluções do conjunto CFESS/CRESS através dos meios de comunicação (site, jornal impresso; mala direta; e-mail), visitas de fiscalização e eventos organizados pelo CRESS 17ª Região/ ES;
- Realizar levantamento dos profissionais que atuam em órgãos ambientais, estudar a temática e realizar audiências a fim de garantir a inserção do Assistente Social nestes espaços;
- Dar continuidade à fiscalização junto às Unidades de Ensino à Distância no intuito de averiguar a regularidade dos cursos de Serviço Social no que se refere ao cumprimento das atribuições privativas previstas na lei 8.662/1993;
- Fomentar a concretização do Fórum Regional das COFI's na região sudeste;
- Elaborar instrumentos informativos (cartilha, cartazes, folders, site) acerca do exercício profissional do Assistente Social, destinados aos usuários;
- Ampliar o debate e as visitas de fiscalização no intuito de orientar sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e ao exercício profissional do Assistente Social, conforme Resolução 569/2010;
- Fomentar a ampliação da participação da base nas reuniões e intervenções da Comissão de Orientação e Fiscalização;
- Divulgar e orientar acerca da importância da denúncia sobre exercício ilegal da profissão através das visitas de fiscalização e dos meios de comunicação (site, jornal impresso; mala direta; e-mail);
- Ampliar o planejamento da COFI para realização de visitas de rotina junto aos espaços sócio-ocupacionais garantindo o levantamento de informações e dados por setor de atuação do Assistente Social.

## **ADMINISTRAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA**

Este campo de atuação tem o dever de acompanhar as receitas do conselho, de construir estratégias para manter sua arrecadação, especialmente no enfrentamento à inadimplência. Aqui, faz-se fundamental o acompanhamento e atuação do Conselho Fiscal na avaliação das contas e controle interno dos gastos do Conselho.

Nessa esfera se encontram as ações de cunho administrativo e organizacional do conselho, fundamentada pela perspectiva política, que deve, antes de tudo, estar pautada na transparência, no compromisso ético, na gestão democrática e na competência técnica, primando pela participação de todos os membros da Gestão do Conselho.

### **Propostas:**

- Realizar Campanha sobre a importância da Anuidade para viabilizar todas as ações do Conselho, bem como garantir o atendimento das demandas da categoria;



- Fomentar a Campanha contra a Inadimplência;
- Dar visibilidade às questões financeiras/ prestação de contas/ orçamento /ações internas;
- Ampliar a equipe de trabalho do CRESS 17ª Região/ ES;
- Garantir capacitação continuada de cunho técnico e político para conselheiros e servidores;
- Manter o diálogo com o SINDICOES (Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional e Entidades Coligadas do Estado do ES), visando garantir demandas do Acordo Coletivo para os funcionários;
- Ampliar a aquisição de equipamentos para o Conselho visando qualificar os atendimentos prestados;
- Garantir a participação de conselheiros/ assessores/ servidores nos Encontros Descentralizados e Nacionais do conjunto CFESS/CRESS e demais eventos de interesse da categoria;
- Avançar na qualificação da Gestão administrativa e financeira do CRESS 17ª Região/ ES;
- Efetivar a mudança da cédula de identidade profissional e o recadastramento dos Assistentes Sociais no ES.

## COMUNICAÇÃO

Entendendo a informação como um importante instrumento para a construção e qualificação das relações sociais e ações cotidianas da nossa profissão é que apresentamos as propostas em consonância com a Política de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS. Política essa já instituída e que norteia as ações e expressa avanços em termos de estrutura, recursos humanos e tecnológicos na área da Comunicação.

Partimos do princípio de consolidação de uma política que priorize a comunicação como um bem político e direito de cidadania e que nos sirva de parâmetro para balizar nossas ações. Desta forma estaremos cumprindo uma função social e normativa a fim de garantir a democratização do acesso à informação de interesse público e coletivo.

*“Uma política de Comunicação, muito mais que um meio de veiculação de informação, é um poderoso instrumento para sustentação, publicização e defesa de posicionamentos do conjunto CFESS/CRESS, como forma de interlocução com a categoria e com a sociedade” (Carta Programa Gestão 2005/2008).*

### **Propostas:**

- Manter a publicação do Jornal impresso “Visão”;
- Divulgar a profissão e ações do CRESS/CFESS através de notas em jornais de grande circulação, diversos canais de televisão, rádio, veículos de comunicação do CRESS/ES e outros;
- Produzir VT e spot de rádio sobre o Dia do Assistente Social - 15 de maio;
- Garantir a participação nos espaços de discussão sobre a Democratização da Comunicação.



- Implementar a Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS;
- Elaborar e reproduzir materiais sobre a profissão (CRESS Manifesta, resoluções, cartões, panfletos, etc);
- Manter o Jornal on line quinzenal e envio de mala direta de emails com notícias sobre a profissão e o CRESS;
- Manter o Site atualizado e acessível;
- Possibilitar a divulgação de experiências de práticas e pesquisas dos Assistentes Sociais no site do CRESS.

### **NUCRESS**

A nucleação vem se constituindo em uma das estratégias para estimular a organização de base, estando fundamentada na Política Nacional de Fiscalização, que visa a descentralização das demandas da categoria e a interiorização das ações do Conselho Regional de Serviço Social.

No Espírito Santo, devido às distâncias regionais (o estado tem 78 municípios), há necessidade de propiciar um espaço mais próximo da categoria, facilitando o acesso às informações relativas a nossa profissão, bem como, as atividades, que em sua maioria, são realizadas na capital Vitória.

Nesse sentido, apresentamos a proposta dos NUCRESS, como núcleos de trabalho, que visam contribuir para o planejamento das atividades em geral do Conselho, ampliando as discussões e a organização política da categoria.

#### **Propostas:**

- Realizar os Encontros dos NUCRESS Norte e Sul do estado, buscando a interiorização das ações do CRESS, a fim de possibilitar uma maior articulação e envolvimento dos profissionais do interior do estado nas questões da profissão;
- Garantir os debates realizados na Grande Vitória também nos NUCRESS, ampliando o acesso e participação dos profissionais do interior nas discussões e/ou decisões da categoria;
- Realizar reuniões itinerantes nos municípios integrantes dos NUCRESS, possibilitando a presença dos Assistentes Sociais nos demais municípios que compõem os NUCRESS;
- Fomentar a participação dos Assistentes Sociais atuantes no interior do estado nos Encontros dos NUCRESS;
- Ampliar a abrangência das ações do CRESS no interior do estado fortalecendo a participação da categoria.



## TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

Sabemos que um dos maiores desafios para o Serviço Social é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade, bem como construir propostas de trabalho criativas que preservem e efetivem direitos. E, nesse percurso, deve-se ter uma postura propositiva, a partir de demandas emergentes no cotidiano, para além da esfera de execução e das rotinas institucionais.

Acreditamos, nesse ínterim, na defesa de um projeto profissional apoiado em valores radicalmente humanos, que se expresse no cotidiano dos diferentes espaços ocupacionais onde os Assistentes Sociais exercem suas atribuições. Apoiamos iniciativas de elucidação do exercício profissional nas particulares condições e relações de trabalho em que se inscreve, de forma a avançar na leitura das competências e atribuições privativas forjadas na atualidade.

Decerto que vivemos uma realidade repleta de desafios ocupacionais, o que repercute na nossa própria condição de trabalhador à medida que também participamos do processo social, reproduzindo as contradições que conformam a sociedade do capital. Entretanto, é a compreensão dessa polarização de interesses de classes contrapostas que torna possível que nos coloquemos a serviço de um Projeto societário alternativo àquele para o qual muitas vezes somos chamados a intervir.

Há que se defender a construção de uma prática profissional que reconheça a força da classe trabalhadora, apreendendo concretamente a desigualdade social por meio de seus determinantes históricos, pois se, por um lado, temos que responder às exigências da entidade que contrata nossos serviços, por outro lado dispomos de relativa autonomia no exercício de nossas funções, o que nos torna co-responsáveis pelo rumo imprimido às nossas atividades.

Assim, a profissão deve partir da redefinição das estratégias de trabalho a serviço dos interesses e necessidades dos segmentos majoritários da população, a partir de um referencial teórico coerente para responder, dentro dos limites históricos, à requisição potencial do trabalhador.

### **Propostas:**

- Garantir a continuidade do estudo sobre as condições e relações de trabalho dos Assistentes Sociais do Espírito Santo, tendo como parceiras as Unidades de Ensino;
- Realizar debates sobre estratégias de implementação das 30h, alimentando cotidianamente o “Observatório das 30 horas”;
- Promover ações junto aos sindicatos de área/ramo voltadas à defesa das condições de trabalho, cumprimento de planos de carreira, isonomia salarial, entre outros;
- Constituir grupo de trabalho para discutir os diferentes espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social no Espírito Santo e suas condições éticas e técnicas de trabalho;
- Garantir a continuidade da realização dos Encontros Capixabas de Assistentes Sociais no mês de Maio;





- Promover debates acerca da prática de assédio moral nos locais de trabalho do Assistente Social.

*“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.*

*E examinai, sobretudo, o que parece habitual.*

*Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar”.*

**Bertold Brecht**



## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Um ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. *Notícias*. RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais. Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais.** 2008. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/rais/2008/arquivos/Resultados\\_Definitivos.pdf](http://www.mte.gov.br/rais/2008/arquivos/Resultados_Definitivos.pdf)>. Acesso em 23 de mar. 2010.

ESPÍRITO SANTO. Instituto Jones dos Santos Neves. **Resumo das Informações Regionais.** Produto Interno Bruto dos municípios. 2007. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/contasregionais/municipal2006/Apresentação\\_PIB\\_Municipal\\_2007.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/contasregionais/municipal2006/Apresentação_PIB_Municipal_2007.pdf)> Acesso em 04 abr. 2010.

WASELFSZ, Júlio Jacobo. **O Mapa da Violência 2010:** Anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.